

Título	Entraves à eficiência das empresas estatais
Veículo	Brasil Econômico
Data	12 Julho 2013
Autor	Claudio J. D. Sales

30 Brasil Econômico Sexta-feira e fim de semana, 12, 13 e 14 de julho, 2013

OPINIÃO

Entraves à eficiência das empresas estatais

Claudio Sales*
redacao@brasileconomico.com.br

Empresas estatais são menos eficientes que as empresas privadas? Quais são as causas que justificam a maior ou menor eficiência? Essas perguntas resumem o desafio de abordar o tema controverso que envolve a atuação de empresas estatais sem se deixar influenciar por referências ideológicas e contaminações subjetivas.

A única forma objetiva de vencer este desafio é por meio de constatações factuais e numéricas que possam constituir uma base para os testes das hipóteses a respeito da maior ou menor eficiência estatal. Isto é o que foi feito no estudo "Gestão Estatal (Parte 1): Despolitização e Meritocracia".

O estudo revelou o baixo desempenho das estatais do setor elétrico (notadamente as empresas federais) em relação às privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais.

Os principais entraves à eficiência das estatais são: objetivo indefinido; indisciplina orçamentária; uso político; administração inepta (nomeações de dirigentes sem as qualificações requeridas para o cargo); e processo decisório burocrático.

Tais entraves podem ser dramaticamente reduzidos com a adoção de dois conjuntos de políticas: a despolitização dos cargos e a implantação de mecanismos de Governança Corporativa.

Em primeiro lugar, é preciso acabar com as nomeações políticas das posições de Diretoria e de Conselhos de Administração das estatais. Urge implantar um recrutamento transparente e meritocrático, afastando apadrinhados, afilhados, amigos e parentes de políticos e colocando o destino das estatais nas mãos de executivos com formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com a responsabilidade de tais cargos.

Mas não basta ter as pessoas certas nos lugares certos. Também será necessário impor que as estatais funcionem com procedimentos internos alinhados aos princípios da Governança Corporati-



Os principais entraves à eficiência das estatais são: objetivo indefinido; indisciplina orçamentária; uso político; administração inepta (nomeações de dirigentes sem as qualificações requeridas para o cargo); e processo decisório burocrático

va: Transparência; Prestação de Contas; Equidade; e Conformidade ou Responsabilidade Corporativa.

O estudo "Gestão Estatal (Parte 2): Governança Corporativa" analisou o alinhamento de algumas estatais do setor elétrico brasileiro aos princípios acima por meio do estudo de casos bem documentados.

Em termos de Transparência, verificou-se que há casos de informações contábeis frágeis e com problemas de acesso à informação que vêm de longa data. Quanto à Prestação de Contas, detectou-se a baixa responsabilização dos dirigentes por falhas recorrentes que têm destruído bilhões de valor para seus acionistas, os contribuintes brasileiros.

No que se refere à Equidade, houve casos de desrespeito a direitos de minoritários tanto no episódio de retenção de dividendos na Eletrobras quanto no

reprelamento tarifário populista que foi imposto pelo ex-governador do Paraná à estatal Copel.

Em termos de Conformidade, analisou-se a apropriação de recursos com baixa transparência sobre o custo-benefício envolvido.

Os formuladores de políticas públicas (Governo, Congresso, Aneel) e a sociedade organizada precisam conhecer as distorções acima para, com base nesta incômoda realidade, vencer os desafios enfrentados pelas estatais brasileiras do setor elétrico, empresas há muito tempo capturadas por grupos de pressão econômica e interesses políticos.

É possível sonhar com o aprimoramento do desempenho das estatais. Basta determinação para despolitizar o setor e impor rígidos padrões de Governança Corporativa.

*Claudio Sales é presidente do Instituto Acende Brasil

Empresas estatais são menos eficientes que as empresas privadas? Quais são as causas que justificam a maior ou menor eficiência? Essas perguntas resumem o desafio de abordar o tema controverso que envolve a atuação de empresas estatais sem se deixar influenciar por referências ideológicas e contaminações subjetivas.

A única forma objetiva de vencer este desafio é por meio de constatações factuais e numéricas que possam constituir uma base para os testes das hipóteses a respeito da maior ou menor eficiência estatal. Isto é o que foi feito no estudo "Gestão Estatal (Parte 1): Despolitização e Meritocracia".

O estudo revelou o baixo desempenho das estatais do setor elétrico (notadamente as empresas federais) em relação às privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais.

Os principais entraves à eficiência das estatais são: objetivo indefinido; indisciplina orçamentária; uso político; administração inepta (nomeações de dirigentes sem as qualificações requeridas para o cargo); e processo decisório burocrático.

Tais entraves podem ser dramaticamente reduzidos com a adoção de dois conjuntos de políticas: a despolitização dos cargos e a implantação de mecanismos de Governança Corporativa.

Em primeiro lugar, é preciso acabar com as nomeações políticas das posições de Diretoria e de Conselhos de Administração das estatais. Urge implantar um recrutamento transparente e meritocrático, afastando apadrinhados, afilhados, amigos e parentes de políticos e colocando o destino das estatais nas mãos de executivos com formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com a responsabilidade de tais cargos.

Mas não basta ter as pessoas certas nos lugares certos. Também será necessário impor que as estatais funcionem com procedimentos internos alinhados aos princípios da Governança Corporativa: Transparência; Prestação de Contas; Equidade; e Conformidade ou Responsabilidade Corporativa.

O estudo "Gestão Estatal (Parte 2): Governança Corporativa" analisou o alinhamento de algumas estatais do setor elétrico brasileiro aos princípios acima por meio do estudo de casos bem documentados.

Em termos de Transparência, verificou-se que há casos de informações contábeis frágeis e com problemas de acesso à informação que vêm de longa data. Quanto à Prestação de Contas, detectou-se a baixa responsabilização dos dirigentes por falhas recorrentes que têm destruído bilhões de valor para seus acionistas, os contribuintes brasileiros.

No que se refere à Equidade, houve casos de desrespeito a direitos de minoritários tanto no episódio de retenção de dividendos na Eletrobrás quanto no represamento tarifário populista que foi imposto pelo ex-governador do Paraná à estatal Copel.

E em termos de Conformidade, analisou-se a apropriação de recursos com baixa transparência sobre o custo-benefício envolvido.

Os formuladores de políticas públicas (Governo, Congresso, Aneel) e a sociedade organizada precisam conhecer as distorções acima para, com base nesta incômoda realidade, vencer os desafios enfrentados pelas estatais brasileiras do setor elétrico, empresas há muito tempo capturadas por grupos de pressão econômica e interesses políticos.

É possível sonhar com o aprimoramento do desempenho das estatais. Basta determinação para despolitizar o setor e impor rígidos padrões de Governança Corporativa.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)